

An outline map of Brazil, showing the country's borders. The map is centered on the page, and the text is overlaid on it.

**BRASIL: PELA SEGUNDA E
DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA**

SUMÁRIO

Apresentação 7

Documento Base 9

Artigos

POR UMA VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA

Grupo de Estudos da Conjuntura Brasileira 19

O PETRÓLEO É NOSSO!: A PETROBRAS E O IMPERIALISMO

União Reconstrução Comunista 29

O MANIFESTO COMUNISTA E AS LUTAS POPULARES NO BRASIL

Célula Comunista de Trabalhadores 43

O CAPITAL FINANCEIRO: O CONCEITO EM MARX

Organização Comunista Arma da Crítica 53

Apresentação

As tarefas da geração do bicentenário

Os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que presenciaram o aniversário dos 200 anos da independência do Brasil em relação a Portugal, têm pouco a comemorar, pois nossa nação encontra-se em um dos piores períodos da sua história.

O desemprego, o subemprego, a miséria social atingem dezenas de milhões de pessoas. A consequência se vê nas ruas, nas filas de desempregados, nas Cracolândias; mas também se esconde em diversos outros problemas, como aumento dos suicídios, sofrimento mental, entre outros.

Por essas razões, que são atuais e históricas, é que as organizações revolucionárias que assinam o documento base, e alguns militantes em caráter individual, resolveram desenvolver a campanha “Brasil: pela segunda e definitiva independência”.

Além do documento base, que será discutido em 28 de setembro do corrente, esta brochura traz contribuições das organizações proponentes da campanha, nas quais os problemas que afetam a maioria da nação são tratados de uma perspectiva ampla. História, Política e Economia se conjugarão a seguir, com o objetivo de proporcionar a compreensão mais precisa possível daquilo que somos atualmente.

Buscar a compreensão mais profunda da nossa realidade, para agir de forma consequente, de maneira a enfrentar as reformas regressivas que estão ocorrendo, para vincular essa luta imediata com a luta para que as maiorias nacionais, ou seja, o proletariado e seus aliados, tenham uma vida digna em nosso país.

Os textos que seguem, bem como as seguintes atividades da campanha, fustigarão as justificativas que se apresentam para defender as reformas regressivas. Contestarão também as versões oficiais sobre o processo que levou à proclamação da independência e da república no Brasil, buscando trazer à luz as ideias, os ideais, a contribuição e o combate daqueles que buscaram levantar, em épocas passadas, as aspirações e objetivos dos explorados da terra.

Oxalá essas iniciativas propiciem uma festa com mais convidados no ducentésimo aniversário da independência do Brasil.

Documento Base

Dentro de três anos “comemoraremos” os 200 anos da independência do Brasil. A aproximação da efeméride nos enseja uma reflexão sobre a condição do nosso país. Afinal, somos realmente independentes?

A resposta a tal questão é quase evidente para qualquer um que reflita sobre a nossa realidade com um mínimo de capacidade crítica.

Não, não somos independentes. Sempre fomos um país subjugado por interesses estrangeiros como via de regra ocorreu na América Latina. Tanto não somos, que se constituíram em nossos meios políticos e intelectuais, duas vertentes explicativas de nossa condição que, não por acaso, têm a palavra dependência no próprio nome. Referimo-nos à Teoria da Dependência e à Teoria Marxista da Dependência. Com maior ou menor concordância com as mesmas, sua elaboração por si só, já indica as limitações de nossa autonomia diante dos países imperialistas.

Não poderíamos ser independentes pois, em um mundo em que a economia joga papel determinante, nossa independência de 1822, nos deixou como herança, essa sim maldita, nada menos do que a famigerada dívida externa, hoje transformada em dívida pública interna, que daquele instante até hoje, é um dos mecanismos com os quais os países dominantes sugam parcela significativa de nossas riquezas.

Se olharmos para o nosso território, veremos exemplos absurdos. Desde os tempos mais remotos, e a independência de 1822 não resolveu e nem quis resolver esse problema, grupos estrangeiros tomam posse de extensas áreas, com a complacência dos nossos governantes. Só para dar um pequeno exemplo, no livro de Carlindo Marques Pereira, “O massacre de Ipatinga”, editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema em 1984, relata-se, no capítulo intitulado “O começo da matança”, que “por volta de 1957, em nome da Cia. Belgo Mineira (hoje, proprietária de cerca de 10 % do território de Minas Gerais), famílias inteiras eram exterminadas nas margens do Santo Antônio, por jagunços e pela polícia de Governador Valadares (...) Nessa época o Estado doava, a qualquer modo, grandes extensões de terra da região para a empresa siderúrgica. Esta, com seu poderio econômico e o apoio do governo, contratava jagunços que, em conjunto com a polícia, partiam em perseguição aos trabalhadores do campo. Os lavradores, por sua vez, haviam possedido as terras há muito tempo. Alguns trabalhavam o seu pedaço de chão há 10, 20 ou 30 anos. Nessa terra dava de tudo. Ninguém falava em fome. Colhia-se alimentos em abundância. Viviam em outra dimensão”. (pág. 24)

No Paraná, temos o relato de uma importante luta, descrita em “Porecatu, a guerrilha que os comunistas esqueceram” de Marcelo Oikawa. São partes da nossa história que ficaram esquecidas, mas que é preciso resgatar, juntamente com a memória da luta e dos lutadores, para estimular as lutas de hoje. São apenas dois exemplos, de inúmeras outras ocorrências em nossa história.

Nesses mais de 500 anos sempre estivemos submetidos aos interesses estrangeiros e hoje se coloca mais destacadamente o domínio do imperialismo estadunidense que por diversos meios – econômicos, políticos, culturais, ideológicos – dominam o nosso país para atender os seus próprios interesses, impedindo que o Brasil se desenvolva para atender as necessidades do seu povo.

O programa para um Brasil independente, soberano e digno

Um Brasil independente, soberano e digno, deve ser um país onde haja:

- 1) Trabalho decente para todos os brasileiros em condições de trabalhar e assistência para aqueles que não o possam. Criação de uma indústria nacional para o desenvolvimento da economia brasileira e nacionalização de todos os setores estratégicos.
- 2) Educação pública em todos os níveis, oferecida por um sistema único, que produza conhecimento direcionado aos interesses do país. Contra o avanço das multinacionais monopolistas do setor.
- 3) Saúde pública, com um SUS que seja de fato único, público e decente.
- 4) Acesso aos bens culturais: cinema, teatro, etc., para todos com o desenvolvimento de uma cultura genuína nacional.
- 5) Combate à discriminação e aos preconceitos de toda ordem. Garantir os direitos das mulheres, negros, LGBT e demais camadas historicamente discriminadas em nosso país.

- 6) Reforma Agrária para o campesinato pobre e médio. Contra o latifúndio e defesa dos direitos dos quilombolas e indígenas.
- 7) Reforma Urbana: Moradia digna, acesso ao lazer e a prática esportiva para todos.

Essas medidas, tendentes à socialização das riquezas do país, só serão efetivadas com uma mudança radical da correlação de forças na sociedade em favor do proletariado e seus aliados, com a conquista do poder de Estado e sua transformação socialista em transição para o comunismo.

A execução de um programa como esse será o resultado de um processo de acúmulo de forças, alicerçado nas lutas de resistência que ocorrem no atual período da luta de classes, em todas as frentes: ideológica, política, sindical, popular (saúde, educação, moradia, etc.), contra a discriminação racial, sexual, regional, etc.

Tal acúmulo de forças deverá, para a consecução desse programa, levar à conquista de um governo revolucionário, que desempenhe as tarefas de transição do capitalismo ao socialismo e deste ao comunismo.

Tal governo, nas suas diferentes fases, será a expressão da aliança do proletariado e dos camponeses, bem como de outras classes ou frações de classe que se somem, em cada etapa da luta, à concretização do programa revolucionário. Será, portanto, a expressão de um bloco das classes dominadas no capitalismo, em oposição ao bloco das classes dominantes que há séculos exercem o poder no Brasil.

Como essa proposta poderá se desenvolver?

Nos propomos a desenvolver uma campanha em torno da questão nacional, aproveitando a aproximação dos 200 anos da nossa independência, envolvendo organizações e militantes não organizados que tenham acordo com essa proposta, com os quais a mesma deve ser discutida.

Objetivos

- a) Desenvolver a luta em todos os níveis contra os ataques burgueses em curso.
- b) Retomar o debate programático no movimento de massas, enfrentando o rebaixamento do último período.

Todos esses debates que necessitamos fomentar, seja sobre a conjuntura, a tática e a estratégia; sobre o programa, etc., tem como objetivo avançar nas condições subjetivas para a revolução brasileira. Aqui é importante resgatar o evidente descasamento entre a revolução social e a revolução política em nossa história. Existiram os que agentes que quiseram incluir nos programas da independência, ou da república, a melhoria nas condições de vida dos explorados da terra, mas esses não tiveram a compreensão e força suficiente para se impor àqueles que trabalharam para que as coisas mudassem para continuar como estavam.

Em termos comparativos, enquanto o processo de independência na maior parte das colônias espanholas acabou também com a escravidão, no Brasil ainda convivemos

por 66 anos com o sistema escravista legal após a independência. E a escravidão ainda persiste nas relações de trabalho, sendo designadas pelo ministério público como “condições análogas à escravidão”. As reformas regressivas, recentemente aprovadas, agravam tal situação.

O profundo rebaixamento programático representado pela hegemonia petista no movimento operário, sindical e popular no Brasil, coadjuvado pelo PC do B e outros, que fez com que muitos defendessem políticas compensatórias orientadas pelo Banco Mundial como se fossem grandes conquistas, além de outros contrabandos reformistas, tem uma relação histórica com os processos anteriormente citados e precisa ser debatido e superado.

Neste aspecto, não se tratou, como ainda pensam alguns, de erros cometidos pelo PT e aliados, mas de um caminho conscientemente escolhido e resolutamente trilhado. O que o PT fez no governo federal, é preciso dizer uma vez mais, já tinha feito em prefeituras e governos estaduais, como demonstração à classe dominante de que o partido estava pronto para fazer o serviço por ela esperado. Os efeitos aí estão e devem ser enfrentados. Parte dessa tarefa é a reelaboração e defesa de um programa revolucionário, a ser conquistado pelo proletariado e seus aliados na luta, posto que, o caminho da conciliação de classes, mais uma vez está provado, não serve a esse fim.

- c) Disputar com a burguesia a bandeira nacionalista, desenvolvendo o nacionalismo revolucionário.

A burguesia brasileira sempre esteve aliada, como sócia menor, às burguesias dos países imperialistas. Assim como as demais burguesias do continente, é uma burguesia entreguista, submissa aos interesses estrangeiros, nada tendo de nacionalista, ao contrário, mantém relações com as potências estrangeiras semelhantes às relações metrópole/colônia. No entanto, tem conseguido manter os setores nacionalistas, progressistas e revolucionários da nossa sociedade na defensiva. Manipulando os símbolos nacionais, nos acusa de estarmos a serviço de interesses alheios, tendo sucesso nesta manipulação. O patriotismo popular não está em oposição ao internacionalismo proletário. Ao contrário, é sua condição, pois não é possível defender os interesses das maiorias nacionais, sem defender que as riquezas do país devam se desenvolver de acordo com os interesses dessas maiorias, composta pelo proletariado e demais camadas exploradas do povo.

Governo Bolsonaro: corrupto, continuísta e reacionário

O atual governo, já em seus primeiros meses, encontra-se atolado em escândalos de corrupção. O elemento de continuísmo, contudo, não fica apenas nesta questão. No que se refere à política econômica, busca acelerar as reformas regressivas que caracterizaram os governos que o antecederam.

A novidade no governo Bolsonaro é seu caráter abertamente reacionário, nas questões de gênero, etnia e com-

portamentais. Deve-se registrar que não são todos os membros do governo que defendem tais posições. Se é uma manobra para confundir a oposição ou não, só o tempo dirá.

O governo de Bolsonaro é entreguista e anti-nacional, como foram a maior parte dos governos “brasileiros” até hoje. Pretende entregar ao setor privado o que resta do patrimônio estatal, tornando o Brasil ainda mais subordinado aos interesses imperialistas.

A persistente crise do capitalismo, nos últimos trinta anos, desgastou em boa parte do mundo os partidos burgueses, de todos os matizes. Buscando enfrentar esse novo cenário, os estrategistas a serviço da ordem, passaram a apresentar candidaturas supostamente de fora da política, de fora dos esquemas partidários tradicionais. Trump nos EUA, Macron na França, Macri na Argentina, entre outros, são expressões desse populismo de direita. Bolsonaro se elegeu no Brasil nessa mesma onda.

O populismo de direita não nega os problemas que afligem o povo. Trump, por exemplo, se elegeu afirmando que recuperaria os empregos dos estadunidenses. Bolsonaro também falou sobre o desemprego em sua campanha. Assim, a complexidade desse fenômeno não pode ser combatida com frases feitas.

Como já afirmamos, a construção de uma oposição classista e revolucionária ao governo Bolsonaro, passa pela organização e mobilização das lutas de resistência em curso, bem como da defesa de um programa que vá ao encontro das aspirações mais profundas da maioria do povo. A campanha que nos propomos a realizar, deve servir a esse fim.

Como posso participar dessa campanha?

▪ Participando das lutas que estão ocorrendo contra as reformas regressivas (eliminação de direitos sociais, privatizações, etc.). Organizando a luta por reformas que melhorem a vida da maioria do povo (redução de jornada sem redução de salário, salário igual para trabalho igual, etc.).

▪ Organizando um grupo de estudo sobre a realidade brasileira. Indicamos a seguir um conjunto de livros de autores que buscaram compreender o Brasil ao longo dos tempos. São indicações feitas, entre outras fontes, a partir do livro de Nelson Werneck Sodré, “O que se deve ler para conhecer o Brasil”. Por isso, o indicamos em primeiro lugar. São obras que, em sua maioria, não devem estar disponíveis em livrarias, mas podem ser encontradas em bibliotecas, o que é bom, para estimular a utilização desses espaços:

- Clóvis Moura: Rebeliões da senzala – quilombos, insurreições, guerrilhas
- Capistrano de Abreu: Capítulos de história colonial
- José Honório Rodrigues: Conciliação e reforma no Brasil
- F.Luna e H.Klein: O Brasil desde 1980
- Jorge Abelardo Ramos: História da nação latino-americana
- Caio Prado Jr: Evolução política do Brasil
- Décio Saes: Formação do Estado burguês no Brasil
- José Ricardo de Figueiredo: Modos de ver a Produção no Brasil
- Alberto Passos Guimarães: Quatro Séculos de Latifúndio
- Nelson Werneck Sodré: Formação Histórica do Brasil
- Moniz Bandeira: A Presença dos Estados Unidos no Brasil
- Pedro Pomar: O povo conquistará sua verdadeira independência

Brasil: pela segunda e definitiva independência

- O poder do Macho: Heleieth Saffioti
- A formação das almas: José Murilo de Carvalho

▪ Criando cineclubes, para exibição de filmes sobre nossa realidade, seguidos de debates sobre o mesmo. Indicamos a seguir alguns filmes:

Jango- Silvio Tendler
Os Inconfidentes - Joaquim Pedro de Andrade
Os militares que disseram não - Silvio Tendler
Garotas do ABC- Carlos Reichembach
Um homem de moral - Ricardo Dias
Linha de montagem- Renato Tapajós
Prá frente Brasil- Roberto Farias
Eles não usam black-tie - Leon Hirszman
Jânio a 24 quadros - Luiz Alberto Pereira

▪ Criar debates, artigos, estudos sobre a questão do imperialismo e sua dominação na América Latina, e esclarecer como o Brasil está submetido à mesma lógica do restante dos países latino-americanos de fonte de superexploração da mão de obra e extração de superlucros.

Associação Cultural José Martí da Baixada Santista
Célula Comunista de Trabalhadores
Grupo de Estudos da Conjuntura Brasileira
Movimento Nova Pátria
Organização Comunista Arma da Crítica
União Reconstrução Comunista

POR UMA VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA

Grupo de Estudos da Conjuntura Brasileira

“Termo abstrato e de definição não muito fácil, liberdade é um conceito paradoxal e de aplicação totalmente pessoal. No seu contexto mais profundo, o conceito de identidade, é totalmente pessoal e variável segundo a ideia que cada um tem a respeito do assunto. Liberdade pode ser para uns, algo contraditório do que é para outros”.

Por que, às vésperas de completarmos duzentos anos da Independência do Brasil, ainda nos debatemos acerca do que representaria de fato nossa independência?

O que significava a Independência quando foi proclamada? O que passou a significar com o passar dos anos? E, principalmente, o que significa hoje, perante a ampliação desumana do processo de exploração capitalista e diante das sucessivas crises deste sistema?

Se, durante o desenvolvimento do capitalismo, as monarquias absolutistas europeias e os regimes coloniais não atendiam as expectativas do sistema que se consolidava, tampouco atendia aos interesses da burguesia estabelecida a formação de Estados fortes surgidos dos processos de luta por independência nos países coloniais da América, bem como em outras regiões do globo.

Especificamente no caso da América Latina, depois de ultrapassado os processos de lutas pela independência, gozar de relativa independência política interna poderia

ser, desde que atendidos os interesses do capital internacional, tolerado, porém, no campo externo, estes mesmos países, agora “independentes”, deveriam continuar servindo como áreas periféricas e fornecedoras de matérias primas para as economias capitalistas desenvolvidas.

Portanto, almejar o desenvolvimento econômico, por razões óbvias e inerentes ao capitalismo, não estava no horizonte.

Restava à América Latina, nas palavras de Francisco de Oliveira, estar “entre isso e aquilo”, vivermos um “sub capitalismo”, sustentado por estruturas externas e internas, arraigadas entre políticas populistas, ditaduras, caudilhos...Com base “na superexploração da mão de obra e na realização de acumulação dependente de capitais, gerando concentração de renda, da propriedade e do poder e, conseqüentemente, o subdesenvolvimento. O certo é que sempre, nos momentos mais difíceis, será o povo mais desvalido desses países que pagará o “preço” pelos tropeços esperados do sistema”.

Uma nova e definitiva independência

Que a liberdade realmente venha a raiar no horizonte do Brasil, e que dessa vez, venha pelas mãos do povo (mesmo que seja tardia).

O processo de independência do Brasil deu-se de maneira totalmente oposta aos demais processos latino-americanos.

Enquanto na América espanhola explodiram diversos processos de luta interna pela independência do domínio colonial que culminaram em proclamações de independência pelo continente, Bolívia - 1809, Argentina - 1810, Venezuela - 1811, Colômbia - 1819, Peru - 1821, Uruguai - 1825, Cuba, 1898, apenas para ficarmos em alguns exemplos, no Brasil a independência foi proclamada em 1822 e por nossas terras não tivemos um San Martín, ou um Simón Bolívar, ou um José Martí.

Muito mais singela, nossa independência se deu nos conluíus portugueses. Entre nós o “libertador” foi o filho do opressor!

Aqui ergueram-se estátuas para Pedro de Alcântara Francisco, o Pedro I (em Portugal, Pedro IV), filho de D. João VI e de Dona Carlota Joaquina, pai português e mãe espanhola, “libertador” do Brasil e herdeiro de Portugal, por fim, tudo em casa!

Não à toa que parte importante da historiografia moderna intitula o movimento que culminou com nossa separação política de Portugal no dia 07 de setembro de 1822 de “Emancipação política” e não de Independência.

Nossa ruptura com a metrópole não ocorreu de forma plena, o Brasil apresentava especificidades políticas diferentes de outros países latino-americanos.

Às vésperas do 7 de setembro, D. João VI escreveu a seu filho: “Pedro, se o Brasil se separar antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros”, chamava de “aventureiros” aqueles que desejavam uma real separação de Portugal e já deixando claro que o Brasil não seria livre dos interesses europeus.

Cabe ressaltar que, se não nos restaram nomes para aclamarmos como “libertadores”, não nos faltaram movimentos rebeldes, Revolta de Beckman – 1684, Guerra dos Emboabas – 1708, Guerra dos Mascates – 1710, Inconfidência Mineira – 1789, Conjuração Baiana – 1798.

Ao abrigamos a corte portuguesa em nosso território de 1808 a 1821, configurou-se mais uma de nossas peculiaridades, nenhum outro país americano desfrutou da “honra” de ter suas terras habitadas por tão “alta nobreza”.

Durante o período em que a corte portuguesa se abrigou no Brasil, várias modificações ocorreram na economia, na política e na vida sociocultural brasileira.

Assim que chegou D. João tratou de pagar o apoio inglês abrindo os portos do Brasil aos interesses comerciais britânicos. O Rio de Janeiro transformou-se na capital administrativa do reino português e, em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves: isso significava que, em termos administrativos, deixávamos de ser colônia, passávamos à mesma condição política da metrópole. Novos ministérios foram instalados e os ingleses passaram a ter privilégios alfandegários, o capitalismo abriu mais espaços no Brasil.

No campo social, intensificou-se a urbanização e novos hábitos foram introduzidos para se adequar aos costumes europeus da época, além de um grande aumento de escravos, devido às necessidades da corte e seus agregados.

No campo cultural, houve a introdução de escolas de ensino superior, sendo a primeira dela a Escola de Cirurgia da Bahia em 1808, do Museu Nacional e da Biblioteca Real,

que abrigaria o acervo vindo de Portugal e a Imprensa Régia, também de 1810, entre outros.

Porém, essas mudanças e “melhorias” (observadas no Rio de Janeiro), que serviam para atender os luxos da corte, desagradavam o restante do Brasil que pagava as contas através de constante aumento de impostos. Revoltas não tardaram a ocorrer, entre elas: a Revolução Pernambucana de 1817.

Às vésperas da Independência

Mesmo contrariado, D. João retornou a Portugal em abril de 1821, e o governo do Brasil foi entregue a seu filho D. Pedro, nomeado regente.

Em relação à nova condição político-administrativa do Brasil, de Reino Unido, as Cortes rejeitaram-na e decidiram implementar uma política de recolonização. Os privilégios obtidos pelos ingleses foram anulados, e os tribunais e repartições criados por ordem de D. João extintos.

As Cortes também passaram a exigir o retorno de D. Pedro a Portugal, visto que ele era o herdeiro do trono. Os grandes proprietários de terras e os grandes comerciantes do Brasil logo perceberam as intenções dos deputados das Cortes e o quanto poderia prejudicar seus negócios. Queriam manter a liberdade de comércio no Brasil e a autonomia administrativa. Assim, resolveram apoiar e incentivar D. Pedro a desobedecer às ordens que vinham de Lisboa.

A Independência

No dia 07 de setembro de 1822, apoiado por parcela significativa da aristocracia rural brasileira, que desejava

emancipar-se sem, porém, alterar a estrutura socioeconômica, em especial a escravidão e o latifúndio, D. Pedro proclamou a independência do Brasil e foi aclamado imperador e defensor perpétuo do país (mais uma peculiaridade).

Assim foi nossa emancipação política. Mal sabíamos que nosso “defensor perpétuo” só o seria perpétuo por nove anos e que pagaríamos um preço alto para sermos reconhecidos como país.

Não por acaso o primeiro país a reconhecer a emancipação política do Brasil foram os Estados Unidos em 1824, já sob auspícios do que viria a se chamar Doutrina Monroe.

Em 1825, Portugal concordou em reconhecer o Brasil como independente, mas, para isso, cobrou o montante de dois milhões de libras esterlinas, quantia obtida pela recém estabelecida coroa através de pomposos empréstimos contraídos junto aos banqueiros ingleses.

Não obstante à contração de empréstimos, a Inglaterra também cobrou seu preço solicitando redução de impostos para venda de seus produtos no mercado brasileiro.

Façamos nossas contas: empréstimos contraídos de maneira desfavorável ao Brasil, somados à redução de impostos para os produtos ingleses, só poderia resultar no nascimento da nossa dívida externa.

Embora tenha deixado de ser colônia de Portugal, as estruturas sociais e econômicas do Brasil não se alteraram, para a maior parte da população (povos indígenas, escravos, negros libertos, brancos sem recursos e mestiços) nada mudou.

Não havia motivos para comemorações.

O povo não foi chamado a participar.

No restante da América Latina, o fim do poder político das metrópoles ibéricas se deu através de longas lutas. E mesmo que, ambos os processos tenham marcado o fim do sistema colonial, o resultado foi diferente do Brasil. O Novo Mundo deveria ser o lugar da liberdade, que se opunha à Espanha, reino do despotismo, opressão e arbítrio.

A América era o espaço do Novo, da esperança, do futuro.

Entre os anos de 1810 e 1820 os objetivos fundamentais da luta desses grupos eram os mesmos e o inimigo comum era a Espanha. Todos os esforços se concentravam para acabar com o domínio da Espanha e a palavra de ordem era a Liberdade.

Liberdade, entretanto, não é um conceito absoluto; tem significados apropriados de formas particulares pelos diversos segmentos das sociedades conforme as necessidades mais urgentes de suas épocas. E não foi diferente para nossos vizinhos. Para Simon Bolívar, um representante das classes abastadas venezuelanas, liberdade era sinônimo de rompimento com a Espanha para a criação de nações livres, que seriam exemplo para o resto do mundo, principalmente se conseguissem se unir mediante interesses próprios. Já para Dessalines, um dos líderes da revolução escrava do Haiti, a almejada liberdade residia, antes de tudo, no fim da escravidão; para os índios mexicanos, liberdade estava representada em terras para os deserdados.

Mas, mesmo com todas as especificidades de cada processo, havia um idealismo de independência.

“O período de pré-independência assistiu ao nascimento de uma literatura de identidade, na qual os americanos glorificavam seus países, proclamavam seus recursos e louvavam seu povo. Enquanto mostravam a seus compatriotas as suas qualidades, esses autores apontavam as qualificações dos americanos para os cargos públicos e, na verdade, para o autogoverno. Os próprios termos instilavam confiança por repetição – pátria, país, nação, nossa América, nós americanos. Embora ainda se tratasse de um nacionalismo mais cultural do que político e não fosse com a unidade imperial, mesmo assim, ele preparava a mente dos homens para a independência, ao lembrar-lhes que a América tinha recursos independentes e as pessoas para administrá-los.” (John Lynch. As Origens da Independência da América Espanhola, 2001)

Uma campanha pela segunda e definitiva independência do Brasil

Ao aproximarmos-nos dos 200 anos da nossa independência em relação a Portugal, certamente se abrirá um debate entre nós, sobre o caráter da nossa independência, sobre a nossa condição como sociedade, sobre como estão o Brasil e os brasileiros.

As coalizões políticas que nos tem governado, se dividem hoje entre aqueles que acham que o máximo que o povo trabalhador pode almejar são as políticas compensatórias, do tipo bolsa família e programas assemelhados, e aqueles que acham que nem a isso o povo deve almejar.

Entendemos assim que as forças revolucionárias devem aproveitar esse momento e desenvolver uma ampla campanha, em defesa de um programa social que atenda as

necessidades da maioria do povo, centrado nas reformas estruturais até hoje adiadas.

Como sabemos, tais reformas não serão realizadas sem que haja no Brasil uma nova correlação de forças na sociedade, favorável ao proletariado e demais camadas exploradas. Por isso é necessário vincular a defesa de um programa de reformas estruturais com as lutas de resistência em curso no país. As forças que dirigem majoritariamente as camadas populares no Brasil não tem interesse em mobilizar as massas porque tem receio de perder o controle do processo. A mobilização que promovem é apenas parcial, no limite dos seus interesses eleitorais.

Para colocar em marcha uma campanha, com os objetivos a que nos propomos, é fundamental que mergulhemos na história do nosso país, estimulando o conhecimento profundo do que temos sido como povo ao longo da nossa história, resgatando assim as lutas que se desenvolveram, suas formas organizativas, suas insuficiências.

Propomos a criação de grupos de estudo, a exibição de espetáculos de música, teatro, cinema, seguidos de debates nossa realidade. Temos a convicção de essas iniciativas se multiplicarão e se vincularão com as lutas atuais, como parte delas, abrindo o caminho para a conquista do poder pelo povo trabalhador do Brasil.

O PETRÓLEO É NOSSO!: A PETROBRAS E O IMPERIALISMO

União Reconstrução Comunista

Introdução

A discussão que gostaria de trazer a respeito ao papel fundamental que o petróleo, enquanto recurso natural mais estratégico do mundo contemporâneo, desempenha em nossa atual conjuntura. Também diz respeito à importância que este recurso possui para qualquer país que aspira à soberania e à independência. Sobretudo para aqueles países que ainda possuem a difícil tarefa de superar um imenso déficit tecnológico com os países de ponta e realizar sua própria industrialização nacional, o petróleo é e continuará sendo nas próximas décadas um recurso indispensável. Ele ainda responde a 80% da matriz energética mundial e, mesmo que se caminhe para o consenso sobre a necessidade de sua substituição, tal processo é lento e gradativo, e não acontecerá, segundo especialistas, em menos de 5 décadas. Durante este período, continuará sendo o recurso mais cobiçado e a *commoditie* mais valiosa do mundo. Grandes reservas de petróleo podem levar países a conflitos diplomáticos e até mesmo a guerras abertas – vide as sanções ilegais dos Estados Unidos contra o Irã e as atrocidades militares cometidas contra a Líbia e o Iraque, apenas para citar alguns exemplos. Mas o petróleo, e me refiro ao nosso petróleo, também pode ser garantia de segurança energética, maior independência e base de sustentação para um projeto nacional que garanta um futuro melhor para o nosso povo.

Assim, eu tentarei nos próximos minutos abordar estas questões a partir de uma breve revisão histórica sobre a busca por petróleo em nosso país, culminando na criação da Petrobras e mais recentemente na descoberta do pré-sal. Além disso, também mostrarei os principais ataques contra esta nossa estatal – ataques sempre feitos por monopólios estrangeiros ávidos por tomar nossas reservas de petróleo. É por isso que proponho a categoria de imperialismo para pensar a questão do petróleo e da Petrobras. Acredito que seja uma categoria que nos ajuda a entender as coisas. Proponho que entendamos os ataques contra a Petrobras e as tentativas de tomar nossas reservas como expressões da contradição muito ampla e de fundamental importância na atual conjuntura: a contradição entre nação e imperialismo, isto é, a contradição entre todas as classes e grupos de nossa sociedade que defendem o progresso e a verdadeira independência, contra outras classes, frações e grupos de traidores nacionais que existem apenas como aliados e/ou representantes do domínio imperialista em nosso país.

Breve histórico do petróleo no Brasil: da busca por poços ao pré-sal

A história do petróleo no Brasil começa já no século XIX, no período que é chamado de “império”. Era um momento em que o Brasil ainda era largamente submetido à Portugal, que por sua vez já se tornava país submisso aos interesses do principal império da época, o britânico. Assim, em 1864, Dom Pedro assina a primeira concessão para busca de petróleo em nosso país, justamente para o cien-

tista britânico Thomas Danny Sargent. Em 1869, outra concessão, dada para o também britânico Edward Pellew Wilson (um burguês que se instalou no Brasil). O jornalista e historiador do petróleo brasileiro Perry Cotta, estima que até o fim do dito império, em 1889, mais de 150 cientistas estrangeiros, a maioria britânicos, vieram procurar por petróleo aqui. Embora todos tenham fracassado em encontrar o recurso, produziram relatórios e coletaram indícios de existência que nunca chegaram a ser lidos por brasileiros.

Já no século XX, no período conhecido como República Velha, foram os cientistas estadunidenses que já começavam a dar as caras. Israel Charles White veio em 1909 e Chester Washburne em 1927. Neste momento, já estava claro para os Estados Unidos e Inglaterra a existência de petróleo no Brasil. Assim, seus estudiosos procediam de duas maneiras ao relatar os resultados de seus estudos: ou eles publicavam no Brasil e afirmavam a inexistência de petróleo; ou publicavam apenas no exterior, em língua inglesa, e indicavam os locais em que havia maior probabilidade de se encontrar petróleo. White procedeu da primeira forma e Washburne da segunda. É nesse contexto também que Perry Cotta nos conta que a Standard Oil, monopólio estadunidense do petróleo criada por John D. Rockefeller e precursora da atual ExxonMobil, começou a comprar terras brasileiras em que os estudos indicavam poder haver petróleo, não para explorá-lo, mas para impedir que os brasileiros o fizessem.

Nos anos trinta, já com Vargas no poder, o Estado brasileiro promovia, por meio do Serviço Geológico Nacional, algumas iniciativas em busca de petróleo. Entretanto,

defensores da existência do recurso no Brasil denunciavam as iniciativas do governo, afirmando que a influência da Standard Oil impedia que as buscas fossem feitas com agilidade e comprometimento. É aqui que encontramos o curioso papel de Monteiro Lobato – figura polêmica e, creio eu, bastante criticável em muitos aspectos –, mas que apesar de tudo foi importante na questão do petróleo em nosso país. Em 1936 ele lança o livro “O Escândalo do Petróleo”, em que denuncia a subserviência do governo à Standard Oil e fala que as perfurações feitas por Vargas até agora não passavam de “buracos de tatu”.

Paralelamente, em 1932, em um bairro de Salvador coincidentemente chamado Lobato, o engenheiro Manoel Inácio de Bastos afirma ter encontrado petróleo, após investigar os relatos de que moradores da região usavam um líquido preto para acender as lamparinas. Seus relatórios são confirmados nos anos seguintes e em janeiro de 1939 o primeiro poço brasileiro de petróleo estava jorrando na Bahia.

Daí em diante, houve uma grande discussão nacional em torno de como o petróleo recém-descoberto deveria ser explorado: monopólio estatal, apenas para a iniciativa privada nacional, para todos, incluindo a iniciativa privada estrangeira, enfim, eram muitas as propostas feitas. Em linhas gerais, elas se separaram entre os que defendiam a exploração deste recurso exclusivamente por brasileiros, e os que defendiam sua abertura maior ou menor para a exploração estrangeira (entendam este estrangeira como “imperialista”). Era a divisão entre os nacionalistas e os entreguistas. As discussões chegaram nos clubes militares, e os oficiais de alta patente também se dividiram nestes dois grupos.

General Juarez Tavares era o principal representante militar dos entreguistas. E os generais Horta Barbosa e Felicíssimo Cardoso, este último apelidado de “general do petróleo”, eram os representantes dos nacionalistas.

Neste contexto é lançada a campanha “O petróleo é nosso”, que reuniu amplas forças nacionalistas em favor do monopólio estatal do petróleo. Este definitivamente foi um dos movimentos nacionais mais amplos, coesos e bem-sucedidos da história de nossa nação. A campanha unificou setores da burguesia nacional, da pequena-burguesia e do proletariado, este último organizado em torno do Partido Comunista, que ainda existia em nosso país naquela época. A juventude, por meio do movimento estudantil, também desempenhou um importante papel nesta luta. Após um momento de retrocesso durante o governo Dutra, o movimento é vitorioso no contexto do retorno de Vargas ao poder, desta vez mais alinhado com forças legitimamente nacionalistas. Em 1950, em sua campanha eleitoral, promete garantir o monopólio estatal. Assim, a Petrobras é criada em 1953. Essa foi a vitória definitiva da campanha “O Petróleo é nosso” e uma das maiores derrotas que o imperialismo já sofreu em nosso país.

Apesar das vozes entreguistas, que afirmavam que o Estado brasileiro seria incapaz de explorar o petróleo sem o “apoio” dos monopólios estrangeiros, a Petrobras conquistou uma série de vitórias nas décadas seguintes a sua criação. Em 1963, fez jorrar petróleo fora da Bahia, no Campo de Carmópolis, no Sergipe. E na mesma década conseguiu pela primeira vez explorar petróleo na bacia continen-

tal brasileira. Também nos anos 60 entra no setor petroquímico, com a criação da subsidiária Petroquisa, e no ramo de refino, com a construção da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). A Petrobras calou opositoristas e se consolidou como a maior e mais importante empresa estatal do país.

Em 2006 a Petrobras anuncia a maior descoberta de sua já longa história de conquistas: a existência de uma imensa reserva de petróleo na camada pré-sal da costa brasileira. Hoje já é praticamente consenso que existem pelo menos 150 bilhões de barris do petróleo nesta camada do pré-sal e alguns estudos apontam que pode existir até 300 bilhões de barris. Com 150 bilhões o Brasil já fica colocado entre o terceiro e o quarto lugar entre os países com as maiores reservas do mundo, na frente de grandes produtores como o Iraque e o Kuwait. Se os 300 bilhões forem confirmados, saltamos imediatamente para o primeiro lugar. O óleo do pré-sal é leve, de fácil extração e ótima qualidade, possuindo grande cotação no mercado. Seu valor estimado está na casa das dezenas de trilhões de dólares. A Petrobras, em 2008, calando novamente opositoristas que afirmavam que ela não conseguiria explorar em águas tão profundas, fez jorrar petróleo da camada pré-sal. A Petrobras fez a descoberta, assumiu os riscos, fez os investimentos necessários e acumulou a experiência e o conhecimento técnico de ponta para explorar este petróleo. A exploração em águas ultra-profundas é possivelmente o único ramo em que o Brasil possui incontestemente liderança tecnológica mundial, tudo graças a Petrobras. Esta reserva é extremamente estratégica e, evidentemente, chamou a atenção de monopólios

econômicos do mundo todo. Logo, após um período de valorização financeira e entusiasmo com a Petrobras, a empresa voltaria a ser alvo de ataques estrangeiros.

Ataques contra a Petrobras: da Standard Oil a Shell

Durante a história, foram muitos os ataques que visaram impedir que o povo brasileiro explorasse o seu petróleo. Já comentei os primeiros ataques, na forma de sabotagens de cientistas britânicos e estadunidenses que visavam impedir a descoberta do recurso no Brasil. A segunda onda de ataques se deu após a confirmação da existência de petróleo, com os entreguistas representando os interesses estrangeiros e defendendo a entrega deste recurso aos monopólios imperialistas. Porém, com a vitória do povo brasileiro na campanha “O petróleo é nosso”, a terceira onda de ataques veio só várias décadas depois, com a ascensão dos chamados “governos neoliberais”.

Fernando Henrique Cardoso particularmente se esforçou muito durante seu governo para entregar nosso petróleo para empresas como a ExxonMobil (novo nome para uma velha conhecida, a Standard Oil) e a nova interessada em nossas reversas, a então holandesa (hoje anglo-holandesa) Shell. Em 1997, Fernando Henrique promulga a lei n. 9.478, que encerra mais de 40 anos de monopólio da Petrobras na exploração do petróleo brasileiro. No mesmo período, ele abre o capital da Petrobras e começa a emitir ações da empresa nas bolsas de valores brasileira e estadunidense. O resultado é que hoje, ainda que o Estado permaneça sendo o principal acionista, estima-se que 36% da em-

presa pertence ao capital estrangeiro, especialmente à bancos como Credit Suisse, Citibank, Bank Of New York, L. P. Morgan e Blackrock. Na época, Fernando Henrique ainda tentou mudar o nome da empresa, propondo que passasse a se chamar “Petrobrax”, porque esta é uma pronúncia mais fácil para os norte-americanos. Tal processo de privatização só não se concretizou na venda completa da Petrobras porque um vigoroso movimento grevista dos petroleiros o impediu.

Mas uma quarta onda de ataques do imperialismo viria nos anos 2000, no contexto da descoberta das imensas reservas do pré-sal e da crise econômica mundial de 2008. O Partido dos Trabalhadores, com sua política que prezava uma conciliação ampla entre todas as classes brasileiras, havia estabelecido um modelo para a exploração do pré-sal, conhecido como modelo de partilha, que garantia a propriedade de 30% de todos os poços para a Petrobras e que esta seria a operadora única de todos eles. Era uma forma de garantir que ao menos uma parte dos recursos do pré-sal fossem alocados para tecer as amplas alianças que o Partido pretendia. Assim, uma série de municípios e estados da federação foram beneficiados, a indústria nacional naval foi beneficiada, toda a cadeia produtiva em volta dela também foi beneficiada. A juventude também foi atendida com a destinação dos royalties deste petróleo para a educação. Por outro lado, com o Leilão de Libra, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores não deixou de entregar uma boa parte destas reservas aos monopólios imperialistas.

Em 2014, quando a crise econômica já se manifestava claramente em nosso país, as potências imperialistas já não

pareciam satisfeitas com o modelo de partilha proposto pelo Partido dos Trabalhadores. A partir de vazamentos do site wikileaks, tomamos conhecimento dos telegramas trocadas entre José Serra e Patrícia Pradal, diretora de Desenvolvimento e Relações com Governos do monopólio estadunidense Chevron. Neles, o político e notório entreguista tucano conversam sobre a mudança do modelo de partilha, para o velho modelo de concessões, em que os estrangeiros poderiam se apoderar do quanto quisessem das reservas do pré-sal. Com o golpe de 2016, José Serra, já como senador, consegue aprovar uma lei que retorna ao modelo de concessão, cumprindo sua promessa aos estadunidenses.

Com o golpe, também aumentam os leilões que entregam porções imensas do pré-sal aos monopólios estrangeiros. Um caso dramático foi o do Campo de Carcará, vendido por míseros 2,5 bilhões de dólares para a estatal norueguesa Statoil. Este campo vale no mínimo, no mínimo mesmo, 10 bilhões de dólares. Um verdadeiro presente. Estudos da AEPET também apontam que os monopólios estrangeiros, especialmente a Shell e a British-Pretrollium (BP), ambas controladas pelo capital britânico, já arremataram 75% de todo o petróleo confirmado do pré-sal. São mais de 51 bilhões de barris que valem trilhões de dólares e possuem um valor estratégico absolutamente inestimável. E estão sendo entregues por alguns míseros bilhões que não remediarão nem uma fração dos problemas criados pelo caos social que estes governos estão promovendo.

A última, que foi anunciada esses últimos dias, foi a venda da BR Distribuidora. Esse é um verdadeiro absurdo,

pois a BR é a “cara da Petrobras” para os brasileiros. É através dela que a maioria do nosso povo pode enxergar e se beneficiar da existência de uma estatal de petróleo em nosso país. É a subsidiária considerada a “joia da coroa” da Petrobras. E está sendo entregue por este governo por uns bilhões insignificantes – ouvi dizer que foi por 2 bilhões, o que é um escândalo. Os trabalhadores da empresa vão sofrer com as demissões e piores contratos de trabalho, e a população em geral com o aumento dos preços. Cada vez mais o Brasil importará combustíveis dos Estados Unidos – sendo que hoje eles já representam 40% de nossas importações deste país. Mais de 80% do diesel que consumimos é importado de lá. Ao passo que exportamos quase todo nosso petróleo cru, sem refino nenhum. Tudo isso se aprofunda com a venda da BR Distribuidora.

Ataques jurídicos contra a Petrobras

Por fim, eu gostaria de abordar rapidamente os ataques jurídicos feitos contra a Petrobras a partir da Operação Lava-Jato. Hoje está muito claro para todos que queiram ver o papel que esta operação desempenhou no Golpe de Estado, na farsa eleitoral que levou Bolsonaro ao poder e em toda a conjuntura de retrocessos em que nos encontramos. Foi uma operação antinacional, que não fez mais do que aprofundar nossa dependência diante do imperialismo, especialmente estadunidense. Aliás, hoje também temos indícios contundentes de que esta operação foi desde o início promovida, estimulada e apoiada pelos serviços de inteligência estadunidenses. Mas também podemos afirmar, sem medo de nos enganarmos, que um dos objetivos

da operação Lava-Jato foi denegrir a imagem da Petrobras e facilitar seu processo de fatiamento para ser entregue ao capital monopolista estrangeiro.

A Petrobras, que desde a descoberta do pré-sal havia sido uma das empresas que mais se valorizou no mundo, vendo suas ações multiplicarem de valor e fazendo seus acionistas encherem os bolsos de dinheiro, a partir da Operação Lava-Jato, assistiu a um processo vertiginoso de desvalorização financeira. Vale a pena pontuar que essa desvalorização é mais especulativa do que real, tendo em vista que tanto a geração de caixa, quanto o patrimônio e o desempenho da Petrobras na exploração e produção de petróleo, ainda apresentam ótimos números, sem nenhuma queda substancial nos últimos anos. O endividamento, que tanto falam, também já foi bastante reduzido, segundo dados da AEPET, mais por conta da geração de caixa do que das merrecas geradas com as últimas privatizações.

Enfim, com a Lava-Jato e a desvalorização financeira da Petrobras, a empresa foi colocada no banco dos réus em tribunais estadunidenses pelos mesmos acionistas que haviam recebido bilhões de dólares da empresa nos últimos anos. Eles culpavam a Petrobras pela corrupção, que teria lhes causado grandes prejuízos. É de se impressionar a facilidade com que uma empresa estatal do porte da Petrobras, uma das ferramentas econômicas mais importantes do Estado brasileiro, foi colocada no banco dos réus em tribunais estrangeiros, sem que a Advocacia Geral da União movesse um dedo para impedir tal situação. Para quem quiser ver, isso é uma prova de subserviência escandalosa. É também uma prova de necessidade de o Brasil promover

uma segunda e verdadeira independência. Para demonstrar a parcialidade da Lava-Jato e sua subserviência aos interesses imperialistas, levantei uma série de empresas estrangeiras que foram citadas em depoimentos ou que apareceram em inquéritos das da operação, mas que nunca foram punidas ou mesmo investigadas mais a fundo. São elas: Mistui (Japão), Saipem (Itália), Keppel (Singapura), Technip (França), Skansa (Suécia), Maersk (Dinamarca), Glencore (Inglaterra), Astraoil (Bélgica), Trafigura (Holanda), SBM (Holanda) e Ocen Rig (Chipre). Com certeza existem muitas outras, especialmente estadunidenses, que não conseguimos apurar.

Considerações sobre o imperialismo e o petróleo

Para encerrar, eu gostaria de abordar a questão do imperialismo e retomar como ele age e como podemos observá-lo na questão do petróleo que vínhamos falando até agora. E aqui eu estou me apoiando nas descrições de imperialismo que o camarada Lênin nos forneceu. As características gerais do imperialismo, conforme Lênin observou, permanecem não apenas válidas nos dias de hoje, como também algumas podem ser perfeitamente visualizadas na relação que o Brasil estabelece com potências estrangeiras no que diz respeito ao nosso petróleo. Vejamos.

Lenin enfatizava que o imperialismo, para alimentar suas gigantescas indústrias e seus investimentos financeiros alocados por todo o globo, tinha a necessidade imperiosa de monopolizar as principais reservas de recursos naturais do mundo. Entre eles, evidentemente o petróleo de-

sempenha um papel central. O petróleo é a matriz energética e a matéria prima da maior parte da produção industrial dos países imperialistas. Sabemos muito bem que os Estados Unidos são o maior consumidor de petróleo do mundo e que a Inglaterra é um de seus aliados de primeira ordem. Assim, vimos que durante a história, foram estes dois países que mais se esforçaram para tomar as reservas brasileiras de nosso povo. Desde a estadunidense Standard Oil, até a anglo-holandesa Shell. Por ora, vimos com os números da AEPET que esses monopólios estão sendo bem-sucedidos em suas últimas investidas. Temos que reverter este processo.

Os países imperialistas também possuem a vocação para serem exportadores de produtos industrializados de alta densidade tecnológica e importadores de matérias-primas e produtos agrícolas (ainda que hajam variações e exceções pontuais). Demonstramos também que o imperialismo atuou deliberadamente para empurrar o Brasil para a posição de exportador de óleo cru, enquanto os Estados Unidos se consolidam como principais exportadores de derivados enriquecidos de petróleo para nosso país.

Por fim, outra característica que Lenin enfatizava no imperialismo é a sua necessidade de exportar, além de produtos industrializados, capitais, que buscam lucros monopolistas em nações dependentes, semicoloniais e coloniais. Com as recentes privatizações de subsidiárias e demais ativos da Petrobras, bem como com os leilões dos poços de pré-sal, existe uma tendência de entrada de capitais no Brasil, vindo dos países imperialistas. É o que chamam de “in-

vestimentos” na grande mídia. Estes “investimentos”, porém, não ficam no Brasil e nem geram desenvolvimento produtivo no país. São logo remetidos na forma de lucros e dividendos para acionistas europeus e estadunidenses. Esta é outra característica do imperialismo observada na atual situação brasileira.

Conclusão

Estamos aqui para nos preparar para o lançamento de uma Frente em favor da segunda e definitiva independência nacional. Espero que seja o marco inicial de uma longa luta que seja bem-sucedida em seus objetivos. Tenho confiança que será. Mas, para concluir, gostaria de dizer que esta independência só virá com uma Petrobras forte, como uma verdadeira empresa estatal posta completamente a serviço do povo, e com um monopólio garantido de toda a cadeia produtiva do petróleo em nosso país, indo do poço ao posto. Esta é uma tarefa inescapável do povo brasileiro. Para tanto, são os monopólios estrangeiros e as nações imperialistas que devemos enfrentar.

Com isso, que retomemos a antiga palavra de ordem que dizia “O Petróleo é nosso”. E adicionemos outra, que dirá que “Defender a Petrobras, é defender o Brasil”. Sugiro que lancemos essas duas palavras de ordem e trabalhem por elas em nossa frente. Esta é minha contribuição, obrigado por ouvirem.

**Apresentação da palestra proferida
em uma atividade da URC em julho de 2019**

O MANIFESTO COMUNISTA E AS LUTAS POPULARES NO BRASIL

Célula Comunista de Trabalhadores

Um pouco da história do Manifesto

O Manifesto Comunista, que vamos estudar, chama-se na verdade, Manifesto do Partido Comunista. Esse é o título original do livreto que foi publicado em fevereiro de 1848 por Karl Marx e Friedrich Engels.

Eles o escreveram a pedido da Liga dos Justos, organização da qual participavam na época, com o objetivo de divulgar amplamente a maneira de ver a sociedade dos comunistas e também os seus objetivos e propostas. Por isso, a forma de um manifesto, conciso, direto e didático.

O Manifesto é a exposição sintética do materialismo histórico e dialético, que se tornou a visão de mundo dos comunistas, ou seja, a maneira pela qual os comunistas analisam a realidade social e elaboram suas propostas de atuação.

A maneira de ver dos comunistas é MATERIALISTA, o que quer dizer que explicam os fenômenos da natureza e da sociedade a partir do seu desenvolvimento material. Materialista aqui é o contrário de IDEALISTA. As duas palavras têm aqui um sentido filosófico.

A maneira de ver dos comunistas é também DIALÉTICA, ou seja, entendem que os fenômenos se desenvolvem por contradições, por choques e não harmoniosamente, de forma linear.

O materialismo-dialético pode ser aplicado para explicar todos os fenômenos. Aplicado à explicação do desenvolvimento da humanidade, ele se torna o materialismo histórico e dialético, quer dizer, o materialismo-dialético aplicado à compreensão da história da sociedade humana.

Aplicando assim o materialismo-histórico e dialético à compreensão do desenvolvimento da sociedade humana, Marx e Engels retomam e desenvolvem o conceito de LUTA DE CLASSES. Para eles a história da sociedade humana, excetuando-se o longo período do comunismo primitivo, tem sido a história da luta de classes.

As lutas populares no Brasil

No tempo em que foi publicado na Europa, o Manifesto não tinha como influenciar as lutas populares no Brasil. Éramos nessa época, uma sociedade escravocrata, a economia escravista voltada prioritariamente naquele momento para a produção cafeeira que se expandia e essa expansão garantia a estabilidade do segundo império que então se iniciava e que durou quase cinquenta anos.

Por essa razão, é difícil dizer que impacto teve a publicação do Manifesto no Brasil em 1848 e na segunda metade do século XIX, se é que teve alguma.

As obras de Marx e Engels só começaram a ser publicadas no Brasil no começo do século XX. Até esse momento, só podia ter acesso a essas obras quem podia ler em outras línguas, como o espanhol e o francês. Foi preciso que as condições sociais, econômicas, e políticas amadurecessem para que se ampliasse no Brasil a divulgação do marxismo e isso só vai ocorrer na terceira década do século XX.

Nessa altura, já existia, além do Manifesto, todo um conjunto de obras de Marx, Engels e outros autores, que passaram a ser traduzidas e divulgadas entre nós.

Em nossa história, antes e depois do período que estamos enfocando, ou seja, de 1848 até as décadas iniciais do século XX, houve diversas lutas, que, em alguma medida, podem ser classificadas como populares. Desde os chamados movimentos nativistas dos primeiros séculos da colonização portuguesa e a resistência à escravidão, passando pelas lutas de independência, chegando a uma nova fase da luta contra a escravidão, conhecida como abolicionismo e por fim, as primeiras lutas operárias. Se fôssemos por esse caminho, o tempo que temos certamente seria curto até mesmo para abordar apenas uma dessas vertentes.

Assim, proponho nessa jornada de estudo abordar as lutas populares por grandes áreas, a saber: LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO, LUTAS TRABALHISTAS E LUTA PELA TERRA. Creio que, de conjunto, as lutas de classes travadas no Brasil podem ser englobadas nessas grandes áreas, vinculadas evidentemente a seus desdobramentos políticos e culturais.

Para compreender a história da luta de classes no Brasil, e não só no Brasil, podemos proceder a uma análise dos diferentes aspectos que o processo toma, quais interesses entram em conflito e a relação com a luta política, com a luta entre os partidos políticos que atuavam em nossa sociedade.

Luta contra a escravidão

A resistência à escravidão, durante muito tempo, se deu através da fuga e da organização de quilombos. Os negros escravizados não tinham apoio de nenhum grupo social, até porque, em nossa sociedade, praticamente não existia outros setores além dos escravos de um lado e dos senhores, do outro.

Numa fase mais avançada da nossa história, com o desenvolvimento da economia cafeeira, que estimulou a industrialização com as ferrovias e conseqüentemente, uma certa urbanização, vamos ter o fortalecimento de outros grupos sociais, ligados ao comércio, transportes, etc. Tais grupos, menos dependentes dos senhores de escravos, passaram a formar uma camada média que passou a simpatizar e apoiar a luta contra o escravismo. Estavam dadas as condições para o surgimento do ABOLICIONISMO, que tanta importância teve para o fim oficial da escravidão no Brasil em 1888.

Dessa forma, o abolicionismo talvez tenha sido a primeira grande luta popular no Brasil, pois, se tinha como pano de fundo, a luta entre senhores e escravos, ela envolveu setores intermediários da sociedade da época, de onde saíram inclusive alguns dos principais militantes desse movimento, entre brancos e negros libertos. Alguns literatos também foram atraídos pela causa, jornais foram criados, e inclusive membros da classe dominante acabaram, a certa altura, defendendo o fim do elemento servil, como se dizia na época.

Inicialmente fraco, a ponto de uma rebelião escrava nem sequer interromper as sessões da Assembleia Constituinte de 1824, o abolicionismo foi ganhando força ao longo do século XIX, até que se tornou irresistível em seu final. Alguns defensores dessa causa ficaram famosos, como Luís Gama, André Rebouças e Joaquim Nabuco. A princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea, de 13 de Maio de 1888, ficou celebrizada na história oficial como uma benfeitora.

As repercussões dessa luta permaneceram até os dias de hoje. Em seu livro *A ABOLIÇÃO*, do qual tiramos boa parte das informações aqui resumidas Emília Viotti da Costa escreve: “Cinquenta anos depois, ainda era possível ouvir o eco dessas vozes. Os abolicionistas ‘eram os comunistas de hoje, sempre dispostos a repartir o alheio’, diria uma descendente de senhores de escravos”. E mais adiante, “Gregório Bezerra conta em suas memórias a história de um negro que era feitor em uma fazenda do Nordeste, onde Bezerra trabalhou ainda menino (na primeira década do século XX). ‘Ele tinha sido escravo e continuava pior que escravo’, escreveu Bezerra. E tinha saudade do tempo da escravidão, porque, segundo ele, naquela época comia carne, farinha e feijão à vontade e agora mal comia um prato de xerém com água e sal”.

Lutas trabalhistas

A crise do sistema escravista teve como causa determinante, o surgimento do capitalismo industrial na Europa, que, num certo estágio do seu desenvolvimento, não comportava mais a convivência com sociedades escravistas. A medida que o capitalismo industrial se desenvolvia,

necessitava cada vez de mais mercados consumidores para seus produtos e países escravistas tinham um mercado consumidor diminuto. Por isso os ingleses, a partir de um certo momento, apoiaram o abolicionismo no Brasil. Não se tratava de razões humanitárias, como se vê.

O fim da escravidão e o conseqüente surgimento do trabalho assalariado no Brasil, criam as condições enfim para o surgimento do que estamos chamando, genericamente, de lutas trabalhistas, que deram origem ao movimento sindical.

As condições de trabalho eram duríssimas. Não havia jornada de trabalho delimitada, descanso semanal, nem regulamentação para o trabalho de mulheres, crianças, etc. Logo, o proletariado brasileiro vai iniciar suas lutas por melhores salários, melhores condições de trabalho, delimitação da jornada, descanso semanal, entre outras questões. Foram décadas de lutas titânicas, orientadas, agora sim, pelo ideário anarquista, comunista, socialista e por outras correntes, como o trabalhismo cristão. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, ocorrem as primeiras greves de categorias operárias e greves gerais, como a que ocorreu em São Paulo, em 1917. Organizam-se os primeiros congressos operários, que vão fundar as primeiras centrais sindicais e os primeiros partidos da classe operária, como o PCB - Partido Comunista do Brasil, seção brasileira da III Internacional, que foi fundado em março de 1922, no Rio de Janeiro. A partir de então, o marxismo vai aumentando sua influência na luta de classes no Brasil.

No livro HISTÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL, escrito no começo dos anos 60, na página 316, o

veterano militante Everardo Dias escreve: “Hoje, o trabalhador tem leis que lhe garantem uma porção de direitos. E disso podemos orgulhar-nos, sem dúvida. Mas nem temos as leis mais adiantadas do mundo nem essas leis se devem a quem delas se diz autor, ou executor. Tais direitos, para serem reconhecidos, custou muito sangue, muita lágrima, muito sofrimento. As efemérides o deixaram constatado”. Dias está se referindo ao fato de que, nos anos 30 do século XX e até hoje, os ideólogos a serviço da burguesia buscam atribuir os direitos trabalhistas à benevolência de Getúlio Vargas, assim como já vinham atribuindo a libertação dos escravos à princesa Isabel. Esse é um aspecto da luta de classes muito importante, que podemos chamar de luta ideológica.

No mesmo livro, Dias denuncia os assassinatos e mortes nas prisões em rincões distantes do país, onde “milhares de crânios e tíbias jazem dispersos nas terras paludosas da Clevelândia, à espera que mãos piedosas as recolham a um sarcófago, que será o monumento imperecível apontando a todos, na sua mudez iracunda, o que representa para os trabalhadores: - o negregado resultado de um regime de iniquidade e opressão”. p 146.

Desenvolve-se nesse período da luta de classes, esforços no sentido de interpretação marxista da sociedade brasileira. As traduções das principais obras marxistas vão se ampliando. Cito, entre outros, dois nomes que deram a sua contribuição. Otávio Brandão, que ainda nos anos 20 escreve AGRARISMO E INDUSTRIALISMO e Caio Prado Jr., que inicia sua interpretação marxista do Brasil com EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL e depois desenvolve

essa interpretação em vários outros trabalhos. Ambos foram militantes do PCB. Também teve quase toda sua vida ligada ao PCB, uma destacada figura, cuja militância se inicia nas primeiras décadas do século XX e se estende até a sua morte em 1990. Trata-se de Luís Carlos Prestes.

Luta pela terra

No início do século XX, vão surgir as formulações de uma reivindicação que até hoje não se concretizou, que é Reforma Agrária, ou seja, a divisão do latifúndio, concentrado em mãos de poucos grandes proprietários rurais.

O fato de que a reivindicação da divisão da propriedade da terra tenha demorado a aparecer na luta de classes no Brasil ajuda a entender alguns dos nossos problemas.

Passamos de colônia de Portugal à país independente, pelo menos, do ponto de vista político. Passamos de país escravista para sermos um país de trabalhadores assalariados. Deixamos para trás a monarquia e nos tornamos uma república, e nenhuma dessas mudanças alterou a propriedade da terra no Brasil. Esse fato mostra porque as mudanças políticas não atraíram a atenção das grandes massas populares, já que a situação social das massas praticamente não mudava. Mesmo o fim da escravidão não significou uma melhora imediata para a população negra do país. No imediato, em alguns casos, como vimos, até piorou.

Todavia, se a formulação da proposta demorou a ocorrer, a luta pela terra esteve presente ao longo de nossa história, com a ocupação da terra por camponeses sem terra, organizados ou não. São expressões dessa luta, os

quilombos, a guerra de Canudos e Contestado, entre outras. Nas primeiras décadas do século XX, a expressão camponês passa a figurar em nosso vocabulário político. Nos programas das organizações proletárias, aparecem a expressão antilatifundiário e a proposta de Reforma Agrária. Projetos parciais de redistribuição da terra foram feitos por diferentes governos, dos anos 60 até os dias atuais, mas nada de muito significativo. Entre as organizações que se destacaram nesse processo, podemos citar as Ligas Camponesas, o MST e a Contag. Muitos militantes, de diferentes correntes políticas, ativistas, apoiadores e trabalhadores rurais foram assassinados, por jagunços a serviço dos fazendeiros ou pelas polícias, ao longo da nossa história.

Conclusão

Esse breve resumo da história das lutas populares, mostrou que os trabalhadores do campo e da cidade no Brasil, assim como os de todos os países, se organizaram para lutar por uma vida melhor. Para poder usufruir dos frutos de seu trabalho. No entanto, existe uma classe dominante poderosa, que busca resistir a qualquer mudança que atinja os seus interesses. Que quando não consegue impedir essas mudanças, busca diminuir o seu alcance e que, quando pode, busca retirar as conquistas dos trabalhadores. Estamos vivendo isso atualmente no Brasil, e infelizmente, não só no Brasil. O período que vivemos é de regressão social. Quando um processo de luta se desenvolve e setores mais amplos da sociedade são atraídos para esse processo na esperança de que a sua vida mude para melhor, ocorre uma disputa entre os diferentes partidos pelo apoio das massas.

A classe dominante disputa com os partidos proletários o apoio das massas, buscando atraí-las para o seu lado.

Nos anos 30 do século passado, ficou famosa a expressão de um aliado bem próximo de Vargas, que dizia: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Essa frase mostra que uma parte da classe dominante no Brasil sabia que era necessário fazer algumas concessões aos trabalhadores para preservar o fundamental e manter o sistema de exploração.

Sem desprezar as conquistas que tivemos, devemos reconhecer que as mudanças políticas mais importantes no Brasil, até hoje, foram feitas para paralisar ou diminuir o alcance das mudanças sociais favoráveis aos trabalhadores e não para impulsioná-las.

Continuar a luta e estudar a nossa história são as tarefas de todos os que querem superar essa lógica.

Dezembro de 2016.

O CAPITAL FINANCEIRO

O CONCEITO EM MARX

Organização Comunista Arma da Crítica

Uma das características atuais do capitalismo é a predominância da esfera financeira do capital sobre a esfera produtiva, principalmente em sua forma especulativa. É uma forma de capital que antecede o próprio capitalismo e cuja característica é definida por Marx, em *O Capital*, como capital portador de juros. No capitalismo, essa forma de capital se transforma em capital de empréstimo. Isso garante a quem empresta o direito de receber uma parte do lucro do capital funcionante (produtivo) e do capital comercial.

Logicamente, quando Marx analisou esse capital, ele ainda engatinhava. Atualmente, e essa é a grande diferença, esse capital de empréstimo comanda o processo de acumulação através de complexos mecanismos: bolsa de valores, títulos da dívida pública, mercado de derivativos, bolsa de mercadorias e futuros etc. Mas no nível da análise feita aquela altura por Marx, o capital portador de juros “*não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como valor que possui o valor de uso de criar mais-valia, lucro*” (p. 259). Trata-se, ainda, de um capital de empréstimo.

Mas a análise de Marx é pioneira, pois capta a origem do movimento e seus desdobramentos futuros. Ele reconhece o papel dos bancos na constituição de um complexo sistema de crédito. Vejamos: “*Com o desenvolvimento da grande indústria, o capital monetário, à medida que aparece no*

mercado, é cada vez menos representado pelo capitalista individual, pelo proprietário desta ou daquela fração de capital existente no mercado, mas surge como massa concentrada, organizada que, de maneira bem diversa da produção real, se encontra sob controle do banqueiro que representa o capital social” (p. 276). Os banqueiros ocupam a partir de reservas monetárias que lhes afluem de vários modos, *“como representantes de todos os prestamistas de dinheiro”* (p. 303), tornando-os *“administradores gerais do capital monetário”* (p. 303).

Na fase do capitalismo analisada por Marx em seu ponto mais desenvolvido, a Inglaterra do século XIX, capitalistas monetários e capitalistas produtivos ocupa ainda *“papéis diferentes no processo de reprodução”* (p. 279). Só com Lênin, no começo do século XX, esses papéis se misturam com o aparecimento do capital financeiro, formação dos monopólios e do imperialismo.

Mas essa *“limitação”* de Marx, originada de sua análise do capitalismo de livre concorrência inglês do século XIX, capta o sentido dialético do movimento. Primeiro é que o capital portador de juros *“a relação-capital atinge sua forma mais alienada”* (p. 293), como *“valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro”* (p. 294). Diz Marx: *“Em D – D’ temos a forma irracional do capital, a inversão e a reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – a mistificação do capital em sua forma mais crua”* (p. 294).

Outra antevisão de Marx está no papel que caberia ao capitalista funcionante ou produtivo, diante do capitalista dono do capital monetário. Se no capitalismo a acumulação de capital se faz através da mais-valia, tempo de trabalho não-pago extraído do trabalhador no processo de trabalho, o capital portador de juros acumula seu capital extraindo uma parte do lucro bruto do capitalista produtivo. Colocando a análise do capitalismo em um nível mais elevado de abstração e complexidade, Marx conclui que sobre a taxa de lucro que cabe ao capitalista produtivo, deduz-se os juros do capitalista financeiro. Assim, a taxa de lucro não resulta mais, como Marx apresenta em momento anterior de sua análise, da relação entre mais-valia e gasto com meios de produção e força de trabalho. Um novo sujeito se insere nesse movimento: o capital portador de juros.

Essa “intromissão” do capital portador de juros, ao sugar parte da mais-valia do lucro bruto do capital produtivo, obriga este a buscar formas de compensar essa perda. Um meio é o de aumentar a exploração dos operários, elevando a taxa de lucro bruto, como meio de ampliar sua cota na mais-valia. Desse modo, *“para o capitalista que trabalha com capital emprestado não é o lucro, mas o lucro menos o juro, a parte do lucro que lhe resta depois de pagar o juro”* (p. 279).

Marx deduz, desse movimento do capital, a condição do capital portador de juro em comandar o processo de acumulação. Por controlar o capital em sua forma mais pura, a forma monetária, *“o capital portador de juros como tal tem como sua antítese não o trabalho assalariado, mas o capital funcionante; o capitalista prestamista como tal confronta direta-*

mente o capitalista realmente funcionante no processo de reprodução, e não o trabalhador assalariado que, exatamente na base da produção capitalista, é expropriada dos meios de produção. O capital portador de juros é o capital enquanto propriedade em confronto com o capital enquanto função” (p. 283).

Por esse emotivo, “O juro é uma relação entre dois capitalistas e não entre capitalista e trabalhador” (p. 285). O movimento do capital em suas diversas formas alcança tal nível de objetividade, que encontra sujeitos materiais que o representam em suas diferentes funções e papéis em sua reprodução. A preponderância assumida pelo capital portador de juro no processo de acumulação e de reprodução, ao opor a representação do capital em duas formas distintas, transforma o lucro empresarial do capitalista produtivo em uma espécie de “salário de superintendência” (p. 285).

Capital Financeiro e Imperialismo

O autor no campo do marxismo que primeiro formulou a categoria do capital financeiro foi o economista austríaco Rudolf Hilferding. Na obra “O Capital Financeiro” de 1910, Hilferding define o capital financeiro como a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, onde o primeiro se torna predominante. Com o processo de acumulação, o capitalismo assume as formas de monopólio, onde poucas empresas dominam vastas faixas da economia.

Na dinâmica do desenvolvimento capitalista produz a concentração e a centralização do capital. Ao invés de empresas com donos individuais e em grande número de unidades, emergem grandes conglomerados, formando mono-

pólios. Esses conglomerados têm atuação em diversos setores da economia de um país e até da economia mundial. As empresas individuais vão desaparecendo, engolidas pelos monopólios.

O capitalismo dos nossos dias se caracteriza pela concentração de capital, poucas empresas dominando diversos setores da economia, e pela centralização do capital, onde as decisões de investimento, contratação de trabalhadores etc. é tomada por poucos administradores dos conglomerados monopolistas. As unidades empresarias se tornam tão grandes que a propriedade deixa de ser individual e as empresas se tornam sociedades anônimas ou sociedades por ações. O capitalista individual vende partes da empresa na forma de ações no mercado de capitais. A compra e venda dessas ações é feita em instituições chamadas Bolsas de Valores.

Os bancos são grandes compradores de ações de empresas industriais e comerciais. Os próprios bancos lançam ações na Bolsas de Valores, abandonando a forma de empresa individual. Através do mercado de ações, os bancos, além de emprestadores de capital, se tornam detentores do capital industrial e comercial. Essa é uma das principais formas do capital bancário se apropriar do capital industrial. Ocorre a fusão do capital bancário com o capital industrial, com predomínio do primeiro, dando origem ao capital financeiro.

Há uma separação de propriedade e gestão do capital. Os acionistas nomeiam gerentes para administrar as empresas organizadas em sociedade anônimas. Aos acio-

nistas cabe, apenas, auferir os lucros da atividade empresarial de acordo com a quantidade de ações que possuem, os chamados dividendos.

O capital financeiro, sendo hegemônico no capitalismo, submete o Estado capitalista à sua lógica. Os interesses do capital financeiro transcendem as fronteiras de um único país. Para a acumulação seguir seu curso, os grandes monopólios atuam em diversos países, o capital financeiro passa a ter atuação mundial.

A disputa por mercados e fontes de matérias-primas pelos monopólios leva a um fenômeno que é o imperialismo. Os países que atingem a fase monopolista do capitalismo se tornam exportadores de capital. Para fazer valer seus interesses de acumulação, tanto internas como internacionais, o capital financeiro coloca o Estado Capitalista a seu serviço. Há um verdadeiro entrelaçamento dos monopólios com os governos. Além da divisão entre detentores dos meios de produção e possuidores da força de trabalho, surge a divisão entre países imperialistas e países dominados. Nos dizeres de Lenin, na sua obra *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*:

todas as fontes de matérias-primas, e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo etc. Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso, face a todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, mesmo na hipótese de estes últimos

ousarem defender-se com uma lei que estabeleça o monopólio de Estado” (p 82).

A concorrência entre os monopólios é a causa de muitas guerras e de violência política. No atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo assume a sua forma mais agressiva. Não há nenhum escrúpulo, por parte dos detentores do capital, em destruir países, setores da economia e sistemas de proteção social.

Capital Financeiro e capital fictício

De tempos em tempos, o capitalismo cai na ilusão de que dinheiro produz dinheiro, nos dizeres de Marx. Os juros são uma das formas em que se divide a mais-valia, como os lucros, a renda fundiária e os impostos. Ou seja, a fonte dos juros é a parcela do trabalho não-pago aos trabalhadores. Dinheiro que não tem o trabalho – a produção do valor – como origem é capital fictício.

Quando a processo de produção não é capaz de fazer aumentar as taxas de lucro, os capitalistas procuram compensar com aplicações financeiras. Ter rendimentos financeiros maiores que rendimentos do capital, lucro, e do trabalho, salários, é que se chama rentismo.

A criação de capital fictício, ou seja, de dinheiro criado a partir de mecanismos de especulação financeiro, é um grande indutor de crises e instabilidade econômica. Quando as bolhas estouram, grande número de pessoas e empresas perdem suas economias. Dívidas não são pagas e falências se multiplicam e o crédito bancário é travado, prejudicando a produção e o consumo.

Manter a sanidade dos produtos financeiros – títulos, bônus, derivativos etc – gera um grande custo social, como foi demonstrado na crise do subprime de 2008.

Os mecanismos da especulação financeira no Brasileira

O sistema financeiro no Brasil é constituído por instituições financeiras e por diversos órgãos reguladores. Os bancos comerciais são as instituições financeiras mais conhecidas, são os bancos com agências, emitem talões de cheque, abrem contas correntes etc. Os bancos de investimento trabalham apenas com intermediação financeira, captando recursos e os emprestando. Corretoras e distribuidoras de valores fazem a intermediação de títulos públicos e privados.

O principal órgão regulador do sistema financeiro é o Banco Central do Brasil. O Banco Central exerce o papel de Autoridade Monetária no Brasil. Este órgão é responsável pela emissão de moeda, controle dos meios de pagamento, regulação e fiscalização do sistema bancário e pelo controle da saída e entrada de moeda estrangeira no país. Fixa a taxa básica de juros, a Selic.

O presidente e a diretoria do Banco Central são nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado. Como principal órgão regulador do sistema financeiro brasileiro, o controle do Banco Central é central na disputa política e econômica. Nas últimas três décadas, os presidentes do Banco Central vieram das instituições financeiras privadas. Ou foram recrutados por bancos após o término da gestão.

O presidente do Banco Central no governo Temer era sócio do Itaú e o atual foi diretor do Santander. O Banco Central tem procurado atender as expectativas do “mercado”, traçando uma política que garante os ganhos dos detentores de ativos financeiros em detrimento da maioria da população.

A apropriação da renda nacional nas formas financeiras no Brasil podem ser divididas em três eixos:

1) Dívida Pública. O governo emite títulos públicos. Os compradores pagam determinado valor por esses títulos e recebem em troca juros do governo – Tesouro Nacional, Banco Central – durante o período de vencimento – seis meses, um ano, ou mais. Na data de vencimento, o governo deve amortizar os títulos, ou seja, devolver o dinheiro utilizado na compra – principal -, acrescido de juros. Porém, raramente isso acontece. O governo dá aos compradores outro título, pagando somente os juros. Isso se chama rolagem.

Os títulos públicos são, em geral, remunerados pela taxa Selic, que é a taxa básica de juros, definida pelo Banco Central. Todas as demais taxas de juros praticadas no sistema financeiro – ao consumidor, capital de giro, habitação, consignado etc. – têm como referência a taxa Selic. A diferença entre a taxa Selic e as demais taxas do sistema financeiro chama-se spread. Quando uma taxa de juros é maior que a Selic, dizemos que o spread é positivo, quando menor, que é negativo.

Spread também denomina a diferença entre a taxa de captação – que os bancos pagam para os aplicadores em

títulos bancários -CDB, RDB – e a taxa de juros de empréstimo.

São compradores de títulos públicos pessoas físicas e empresas residentes no país e estrangeiras e instituições financeiras. Em geral, pessoas físicas e de empresas aplicam em títulos públicos através de instituições financeiras – bancos, corretoras e distribuidoras de valores, gestoras de fundos. Essas instituições cobram taxas de administração por essa intermediação.

Para os detentores de títulos públicos, interessa uma taxa básica de juros alta. Nos 12 meses anteriores a junho, o governo gastou só em juros a bagatela de R\$ 397 bilhões, cerca de 6% do PIB, tudo que o país produziu em um ano.

2) Câmbio. Um dos conceitos definidores da soberania do Estado Nacional é a capacidade de emitir moeda. Todos os Estados Soberano devem, em tese, possuir uma moeda nacional. A moeda oficial do Brasil é o real. Porém, essa moeda não é aceita nas trocas internacionais. As operações comerciais e financeiras entre os diversos países são nominadas em dólares estadunidenses. Outras moedas disputam com o dólar esse papel, como o euro, emitido pelo Banco Central Europeu e o yuan, da China.

Para fazer frente aos seus compromissos externos, o Brasil necessita de dólares. É em dólares que o Brasil paga as importações, que as multinacionais aqui instaladas enviam lucros para as suas matrizes, os turistas gastam em suas viagens internacionais.

Diz-se que o câmbio está apreciado quando o dólar está barato em relação ao real. E depreciado quando o dólar

está caro em relação ao real. O real valorizado frente ao dólar favorece aos importadores, pois se exige um número menor de reais para adquirir uma mesma quantidade de dólares. Para os exportadores, que para os quais os custos são em reais, o dólar adquire um número menor de reais.

No Brasil, a taxa de câmbio, de quanto o dólar é trocado por reais é flutuante. O governo não fixa essa taxa, que fica ao sabor da oferta e procura de dólares no mercado de câmbio. O Banco Central intervém para tentar controlar as oscilações cambiais, comprando e vendendo dólares. O Banco Central também compra dólares a prazo induzindo os detentores da moeda a reter os dólares em carteira. Para tal, emite títulos, chamados swaps, que tem um custo em juros para o Banco Central.

O fato de o regime cambial brasileiro ser flutuante abre espaço para todo o tipo de manipulação. O Banco Central mantém o câmbio artificialmente valorizado, com graves prejuízos para a indústria brasileira.

Controles cambiais, no Brasil, são extremamente frouxos. A moeda estrangeira é retirada e trazida para um país com uma simples comunicação à Autoridade Monetária.

3) Mercado de ações. A valorização dos índices da Bolsa muitas vezes nada tem a ver com o comportamento da economia real. Os especuladores de ações tratam as empresas como “ativos”, pouco se preocupando com qualidade de produtos, condições de trabalho ou solvência financeira. Os preços das ações variam de acordo com a expectativa de demanda por elas. Ou seja, os preços sobem se mais especuladores procuram por determinada ação.

Esse jogo de expectativas é manobrado pelos grandes especuladores e pelos grandes bancos. O noticiário econômico da mídia favorece às manipulações, ao dar voz a “especialistas” interessados no comportamento de tal ou qual ação e ao dirigir as análises a favor dos interesses dos veículos de comunicação e seus patrocinadores.

Os possuidores de títulos do governo, os acionistas de empresas negociadas na Bolsa de Valores e os especuladores cambiais, em geral, defendem os mesmos interesses. Bancos e demais instituições financeiras atuam nas três principais modalidades de atuação no mercado financeiro, com departamentos próprios.

O discurso do mercado financeiro é monocórdico: defesa dos fundamentos da economia (inflação baixa, superávit das contas públicas), privatizações, baixos controles cambiais e baixa tributação e desmonte das políticas sociais, notadamente da previdência. Os porta-vozes do mercado financeiro tentam passar a ideia de que os seus interesses são os de todo o país. Vamos discutir cada uma dessas ideias:

1) Fundamentos da economia. Inflação baixa garante o valor dos ativos financeiros. Como toda a população sofre com a alta dos preços, a bandeira da inflação baixa a qualquer custo muitas vezes é tratada como um valor inquestionável. Qualquer política recessiva é justificada em nome da inflação baixa. O governo ter superávit garante o pagamento dos juros da dívida. Não importa se os aposentados verão suas aposentadorias minguarem, os hospitais ficarão sem remédios, só não pode parar o pagamento da sacrossanta dívida pública.

2) Privatizações. As privatizações abrem uma enorme possibilidade de ganhos para os especuladores. Praticamente nenhum dos compradores das estatais privatizadas nos anos 90 é ainda dono das mesmas. No setor elétrico, a maioria foi revendida. As ex-estatais se transformaram em “ativos”, para serem objeto de especulação em Bolsa. O caso recente da BR Distribuidora é exemplar.

3) Baixo controle cambial e baixa tributação. O Brasil é um dos dois países que não cobra impostos sobre dividendos e remessas de lucros para o exterior. Junte-se ao controle cambial frouxo, o Brasil é o paraíso da especulação financeira internacional.

Alguns operadores do mercado financeiro se especializaram em captar recursos no exterior e aplicar em títulos brasileiros. Os ganhos dos aplicadores estrangeiros são chamados ganhos de arbitragem. Ganham na diferença de taxas de juro baixas no exterior e baixas aqui. Para a operação ser bem-sucedida, é necessário que o câmbio esteja apreciado, com dólar barato frente ao real. Por isso o desespero do Banco Central manter o dólar baixo.

Por isso a consonância de interesses entre especuladores estrangeiros e nacionais.

4) Desmonte das políticas sociais e reforma da previdência. O governo Temer implantou uma emenda constitucional que limita os gastos públicos. Os gastos com saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança etc. estão proibidos de crescerem por vinte anos. Só a dívida pública ficou de fora dessa limitação.

A economia com as aposentadorias e pensões vai direto para o pagamento do serviço da dívida pública. Ou seja, a maior parte do orçamento público vai para o bolso dos bancos e dos especuladores. Em 2018, 43% do orçamento federal foi para juros e amortizações da dívida.

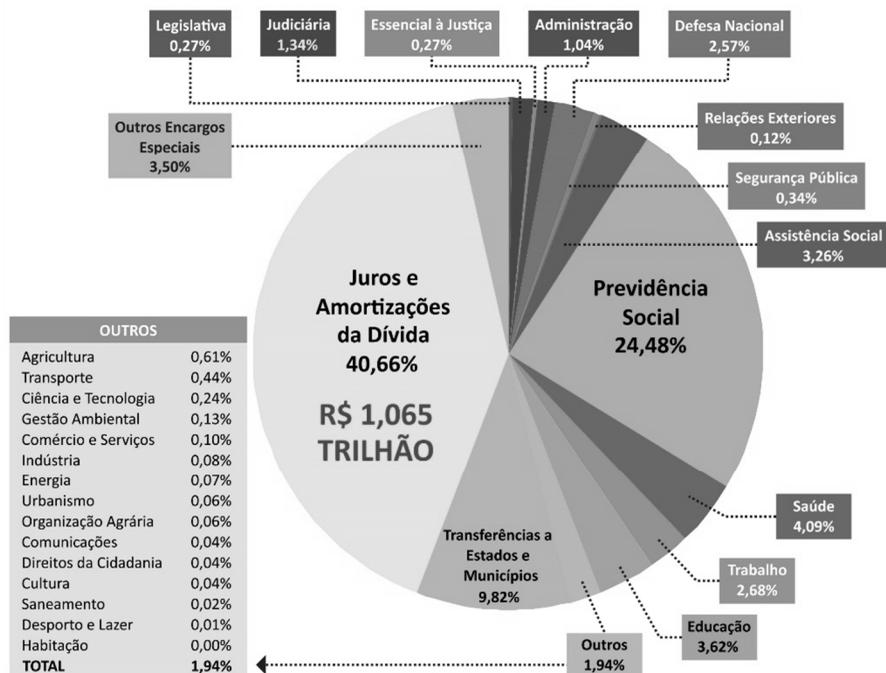
Conclusão

Os interesses do mercado financeiro são contrários aos interesses do país. Temer e Bolsonaro são presidentes a serviço dos banqueiros e rentistas. A prevalecer a política preconizada pelo “mercado” aumentarão o desemprego, a miséria, a destruição da indústria e a alienação do patrimônio público.

Algumas lutas devem ser levadas pelo movimento operário e popular para virar essa política e combater a hegemonia dos banqueiros, rentistas e especuladores, nacionais e estrangeiros: 1- Controle cambial rigoroso e adoção do câmbio fixo; 2- Forte tributação de lucros e dividendos, particularmente dos lucros enviados ao exterior; 3- Renegociação da dívida interna, com alongamento do seu vencimento e imediata baixa na taxa de juros; 4- Reestatização das estatais privatizadas, dos ativos da Petrobras, do setor elétrico, das telecomunicações e da Vale; 5- Limitação dos spreads bancários, fortalecimento do setor bancário público e sua manutenção como estatal.

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Gráfico: Auditoria Cidadã da Dívida

